

Reabilitação urbana e arrendamento

[PRIORIDADE MÁXIMA]

“Portugal só vai criar emprego e sair da crise quando conseguir atrair mais investimento produtivo, pelo que domínios estratégicos como a reabilitação urbana e o arrendamento podem fazer toda a diferença num panorama de total estagnação”, diz Reis Campos, presidente da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário, referindo que estamos confrontados com o mais baixo nível de investimento na economia dos últimos 24 anos.

“Há que ter presente que não está apenas em causa o investimento público”, salienta, considerando que “não podemos continuar a desperdiçar oportunidades que todos identificaram como essenciais para o crescimento e para a criação de emprego, como é o caso da reabilitação e do arrendamento”. Aliás, adverte, “é incompreensível que a pouco mais de um mês da entrada em vigor da Lei das Rendas, o Governo nada tenha feito para que esta reforma que levou mais de um ano e meio a ser concretizada, possa

surtir efeitos práticos na economia”. Desde logo, sabendo-se que a agilização dos despejos era um dos aspetos centrais da nova legislação, fundamental para dar confiança ao mercado, corre-se o risco de uma Lei que entrou no Parlamento há dez meses atrás, entrar em vigor sem que elementos essenciais como o Balcão do Arrendamento sejam criados e regulamentados.

“Este é mais um exemplo daquilo que venho afirmando”, diz Reis Campos. “Não está só em causa o que o Governo não faz, mas, sobretudo, o que ele não deixa fazer. Ao invés de estimular os investidores privados, definindo um quadro de incentivos adequado e divulgando e promovendo um mercado que se apresenta com níveis de qualidade/preço incomparáveis à escala europeia, o Governo desmotiva os empresários, tarda em tomar decisões identificadas como fundamentais, como é o caso da taxa liberatória para o arrendamento e, por outro lado, continua a penalizar as empresas, ao não pagar as suas dívidas”.

Para o dirigente associativo,



é tempo de abordar o futuro, de apresentar soluções consistentes com o principal objetivo que deverá nortear a política económica no nosso país. É, pois, inaceitável um discurso que, “para além de afugentar o investimento,

demonstra uma total incapacidade em promover Portugal como um destino atrativo. Se em relação à nova Lei das Rendas é imprescindível dar segurança ao mercado, não podem ser descurados outros domínios estratégicos. É o caso

dos 12 mil milhões de euros do QREN, que estão por executar, ou da promoção da internacionalização da economia portuguesa, onde a construção e imobiliário assumem, cada vez mais, uma importância fundamental”. //



AICCOPN

Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas

Associação

Óscar Oliveira - N.º Nacional de Apoio à Internacionalização
Tel: 22 540 2266
or@aiccopn.pt
www.aiccopn.pt



Missão Empresarial AICCOPN 2012

Maputo - Tete | Moçambique

26 de novembro a

2 de dezembro

Garanta o seu lugar



REDAÇÃO

